

CELSO FURTADO E A INTERPRETAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Vera Alves CÊPEDA¹

- **RESUMO:** Este artigo procura analisar a relevância da produção teórica de Celso Furtado no esforço de interpretação da formação da sociedade brasileira. Embora Furtado seja considerado um dos autores mais importantes do período do desenvolvimentismo – fase da transição mais acelerada para o modelo urbano industrial do país –, muito de sua argumentação, em especial o impacto de sua formulação no campo da teoria da mudança social e da elaboração de um projeto de capitalismo democrático e nacional, ficou apagada pelo tempo. Do complexo conjunto da produção intelectual de Furtado, este artigo procura resgatar estas duas teses relacionando-as com uma interpretação *sui generis* da história brasileira.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento social brasileiro. Teoria do desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Mudança social. Democracia. Pensamento econômico.

Introdução

A análise da história do pensamento social brasileiro não poderia ficar completa sem referência ao extenso e profícuo trabalho de Celso Furtado. Pesa neste sentido a enorme influência exercida por este autor, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, apoiada na adequação entre suas formulações teóricas e o debate intelectual fundamentalmente marcado pela questão da industrialização em situação de atraso. O peso da argumentação da teoria do subdesenvolvimento furtadiana era tão acentuado e apropriado aos desafios nacionais, que levou Francisco de Oliveira (1983, p. 13) a afirmar que Furtado converteu-se em “[...] demiurgo do Brasil. Ninguém naqueles anos pensou o Brasil a não ser em termos furtadianos.”

¹ Departamento de Ciências Sociais – Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCAR – São Carlos-SP – 13565-905. Pesquisadora do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento (NADD) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: veracepeda@terra.com.br.

Dois elementos podem ser destacados para explicar a aceitação hegemônica de suas teorias: o primeiro refere-se à capacidade que as concepções formuladas tinham de se ajustar e responder aos problemas enfrentados pela sociedade e pela *intelligentsia* brasileira no período; o segundo, pelas características próprias da teoria formulada capazes de produzir uma interpretação, um diagnóstico e um prognóstico com força suficiente para se converter num paradigma teórico.

Em ambas, a chave que liga Furtado à realidade brasileira é a tentativa de entender o processo de mudança em curso acelerado desde a década de 1930, interpretando o Brasil a partir do conceito de modernidade e da matriz industrial, em posição diversa da maioria dos trabalhos anteriormente produzidos em que o entendimento sobre nossa formação ficava muito preso ao problema da herança colonial.

A contribuição intelectual de Celso Furtado é vasta e abrange mais de meio século de esforço de teorização e de intervenção no domínio da administração pública nacional e internacional. Furtado é hoje um dos mais conhecidos e reputados intelectuais brasileiros no exterior e essa reputação foi construída pelo exercício constante da reflexão crítica e do engajamento na “democratização” das modernas sociedades de mercado. Analisar uma biografia desse jaez apresenta como dificuldade básica a extensão, agravada pela existência de períodos distintos na produção furtadiana. Vê-se ao longo da obra do autor a evolução de um pensamento que se modifica e se renova consoante à variação das condições e eventos do desenvolvimento capitalista no Brasil. Sua obra comporta fases de análise em que a tônica se assenta ora num aspecto positivo, ora numa avaliação pessimista. A obra de Celso Furtado pode ser organizada, segundo os temas privilegiados, em três fases distintas: a primeira fase como desenvolvimentista, a segunda como a revisão crítica do mito do subdesenvolvimento e a terceira como autobiográfica e de investigação sobre o impacto da globalização na divisão internacional do trabalho (em particular sobre seu efeito no destino das sociedades atrasadas). Este artigo restringe-se à primeira fase, utilizando como hipótese que é neste período que se gesta o tema do subdesenvolvimento, matriz da interpretação furtadiana sobre a história brasileira.

Celso Furtado e as interpretações do Brasil

É longo o diálogo e a inserção dos temas furtadianos na tradição das **interpretações** do Brasil. Esta, que podemos apontar como emergente no período que circunda a Independência, teve como eixo fundamental

entender a história e a identidade da recente nação brasileira, liberta da condição de Colônia. O esforço de **interpretação** tem como função intelectual explicar o presente à luz do legado do passado, condicionando o hoje aos movimentos que lhe deram origem e sentido. No outro extremo, passado e presente estabelecem as balizas do futuro, pelo menos enquanto projeto inteligível e desejável. **Interpretar** historicamente é caminhar entre “o passado e o futuro”, mas os caminhos que o pensamento pode trilhar nesse percurso não são únicos. Variam tanto na definição do elenco de problemas detectados como fundamentais, no método de interpretação, quanto no desenho dos objetivos que se procura alcançar (e que, de maneira vigorosa, dirige grande parte das escolhas anteriores). Desta maneira torna-se fundamental observar tanto as peculiaridades endógenas de uma obra quanto seus nexos com o tempo histórico em que foi produzida, observando, portanto, tanto sua qualidade lógica intrínseca e sua originalidade, como a correlação que estabelece com os itens anteriormente apontados – o entendimento do passado e a projeção de futuro. Esta relação é fundamental, pois toda história é uma versão do presente, reinventada constantemente segundo as necessidades e os interesses em jogo em cada época.

Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Selecciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua seqüência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-lo. (FONTANA, 1998, p. 9).

Mantendo-se no horizonte o campo das interpretações sobre o Brasil, as teses de Furtado devem ser colocadas ao lado de outros autores como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Tavares Bastos, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe – apenas para citar um reduzido leque de trabalhos que possuem como identidade comum o esforço interpretativo da formação da sociedade brasileira e perfazem o legado do qual Furtado teve que partir e com o qual teve de dialogar para produzir sua leitura própria. Diferencia-se, no entanto, da maioria deles ao afastar-se dos estudos de cunho institucional e culturalista, apegando-se ao ferramental analítico da história econômica. Dentro desse vasto campo do pensamento social, clivado em abordagens e filiações ideológicas variadas (conservadoras ou progressistas, ruralistas ou industrialistas, federalistas ou estatistas, autoritárias ou democráticas), Furtado aproxima-se das análises desenvolvidas nos trabalhos de Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen sobre a história brasileira.

Destes dois pensadores, aproxima-se pelo tema da formação econômica brasileira, área que teve como textos pioneiros *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Júnior (publicado em 1933) e *História econômica do Brasil: 1500-1820*, de Simonsen (publicado em 1937). A ligação é estreita e importante, especialmente pela forma como a abordagem da história econômica foi utilizada nessas obras. Não se trata mais de uma descrição ou enumeração das características da economia brasileira, quer da etapa colonial quer do início da fase industrial (como era comum nos trabalhos anteriormente produzidos), mas o estabelecimento de uma ligação umbilical entre as formas econômicas e as formas sociais – o conceito mesmo de **formação**.

É uma nova maneira de interpretar a gênese da sociedade brasileira e de seus problemas, que se afasta do mote das “raças tristes”, das limitações mesológicas e climáticas, do dilemático e ontológico caráter negativo do povo e das elites, da imitação híbrida de federalismo e liberalismo, do legado de racionalidade controversa do *ethos* ibérico, da oposição Brasil legal *versus* Brasil real. Ao contrário destes trabalhos, a reflexão sobre a formação econômica, que se inaugura com Caio Prado Júnior e Simonsen, e é radicalizada na interpretação furtadiana, assenta suas raízes no estudo das características da economia capitalista mercantil-exportadora e sua correlação com a colonização e os obstáculos ao processo de modernização, impostos por essa mesma estrutura como herança perversa. Tanto o “ponto morto”, detectado por Caio Prado Júnior (2000) como sendo o século XIX (em que a obra dos três séculos de colonização parecia ter esgotado sua energia, num século de transição que não se completa), quanto a situação de “crise”, colocada por Simonsen como o ponto de inflexão entre o modelo agrário-exportador e a industrialização nacional (como única saída para a nossa condição de pauperismo²), aparecem em Furtado, quando reivindica nas décadas de 1950-1960 uma chance histórica de escapar do círculo vicioso que nos prende à herança colonial. Nas três concepções revela-se uma aspiração de mudança que passa pela economia – origem dos obstáculos e, simultaneamente, *locus* de sua superação.

A eleição da variável econômica como fundamental para entender a história nacional fundamenta uma nova estrutura discursiva, estabelecendo uma leitura do passado que se aproxima do tema do atraso econômico, da pobreza e do aspecto tardio de nosso desenvolvimento (temas tratados originariamente por Roberto Simonsen). Embora seja

² O reconhecimento de nosso atraso, pobreza ou pauperismo é feito por Simonsen durante os debates da Assembléia Constituinte de 1933: “[...] somos um país pobre, com uma população pobre.” (SIMONSEN, 1934, p. 18).

generalizada a percepção do laço que une os precursores trabalhos de Simonsen à obra furtadiana, acredito que este dado não transpareça na mesma proporção como de fato ocorreu. Essa influência é devida em grau fraco à *História econômica do Brasil* (texto mais comumente citado como legado simonense à obra de Furtado), e em grau fortíssimo a textos como *As crises no Brasil, As finanças e a indústria, A evolução industrial do Brasil, Planificação da economia brasileira*, e os trabalhos sobre o Plano Marshall e a integração econômica latino-americana – todos da década de 1940. Nestas obras, a argumentação sobre o limite que as regras naturais do livre-mercado impõem sobre as economias sub-capitalizadas (definição *avant garde* do conceito de subdesenvolvimento), a questão da deterioração dos termos de troca, a defesa do planejamento e do protecionismo econômico às indústrias são temas não apenas aventados, mas profundamente analisados e sustentados por Simonsen.

No plano da influência intelectual internacional, podemos apontar Marx, Keynes, List, Rostow e Mannheim como os autores (e teorias) que alimentaram a argumentação de Furtado. Abrangendo a interpretação da dinâmica do capitalismo, Furtado baseou-se em conceitos variados retirados das reflexões de Marx, Keynes e Rostow. Da estreita vinculação entre a dimensão econômica e a dimensão societária e das estratégias de modernização de economias tardias pela via do planejamento, Furtado foi influenciado por Mannheim (para o papel do planejamento como estratégia de racionalização da sociedade) e por List (para a questão da superação do atraso por via planejada)³. Se observarmos a complexa teia conceitual que sustenta a visão furtadiana de subdesenvolvimento, encontraremos os ecos combinados, de maneira original, das teses dos autores citados, indo da estrutura do modo de produção capitalista até o planejamento, permeado pela questão das crises e das etapas de desenvolvimento econômico nacionais.

Pie en la Patria. Corazón, cabeza en el aire del mundo

A riqueza (e a fortaleza) da análise furtadiana sobre a formação brasileira reside em escapar de uma interpretação amarrada apenas nas características de nossa história, com base nas análises institucionais. A

³ Vale ainda adicionar a esta linha de influência os trabalhos de Ragnar Nurkse (1957) e Gunnar Myrdal (1962). A ênfase na abordagem keynesiana, também importante nessa correlação, é destacada pelo próprio Furtado: “[...] essa idéia que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de estado) derive-a de Keynes.” (FURTADO, 1983, p. 37).

partir do histórico, do singular, do acidental, Furtado avança na explicação do que somos sob a luz de uma história mundial, dirigida pelos mecanismos de expansão do capitalismo. Mantém, dessa forma, “los pies en la Patria e la cabeza en el mundo” (FURTADO, 1971). Utilizando como pano de fundo a questão da divisão do trabalho mundial (economias desenvolvidas *versus* subdesenvolvimento, centro *versus* periferia) e os desarranjos das crises cíclicas do capitalismo que colocavam em xeque os valores explicativos da teoria econômica clássica desde o final do século XIX, Furtado construiu uma versão nova para o lugar ocupado pela economia brasileira na história mundial. A exemplo de Simonsen e Caio Prado Júnior, despreza a idéia que nosso atraso seja um **fenômeno contingencial**. Ao contrário, somos um caso lógico e previsível na cadeia de eventos mundiais abertos pelo modo de produção capitalista (conceito que Furtado utiliza recorrentemente em sua análise sobre a teoria do desenvolvimento) e pela maneira como este se expandiu e foi agregando novas fronteiras desde a expansão ultramarina.

Por outro lado, a condição de nosso atraso, que pesa como um fardo terrível sobre o conjunto da sociedade e de suas instituições sociais, tem origem no modelo viciado de economia. Mas engana-se o leitor que supuser que o enfoque econômico restringiria a obra de Furtado a uma análise descritiva das condições de organização da produção nacional, em plano puramente técnico e estático. A retrospectiva que Furtado fez de seu percurso intelectual (da graduação em Direito à atuação intelectual e administrativa na área econômica) indica que foi a partir da recusa do estado de atraso em que vivia a sociedade brasileira que se traçaram os caminhos que o teriam levado à economia e a construção da Teoria do Subdesenvolvimento. Furtado recusa a condição precária da grande massa do povo brasileiro, o controle ferrenho das oligarquias regionais na conservação de seus privilégios, a manutenção de patamares ínfimos de tecnologia que impediam a transformação plena da sociedade, enfim, a violência das vicissitudes naturais, as relações econômicas ou políticas que mantinham o país em uma situação de atraso incompatível com as ferramentas que a ciência e a organização racional já haviam produzido e que moviam o círculo virtuoso do desenvolvimento em outras nações. Olhar a realidade nacional, não pela simples percepção, mas pelo entendimento racional proporcionado pela ciência (histórica, econômica, social) era parte inicial do projeto de mudança, de um desejo de transformá-la para melhor:

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação,

minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes ao espírito. (FURTADO, 1983, p. 36).

O curioso é que, no âmbito do senso comum, Furtado é visto predominantemente como economista quando na realidade a dimensão social e política de sua produção intelectual é flagrante. Uma pista para esta supervalorização da economia deve ter-se originado exatamente no uso da Teoria Econômica para explicar os problemas do subdesenvolvimento, porém, é conveniente lembrar que a Teoria do Subdesenvolvimento é uma teoria sobre a **mudança social** e não um sistema de entendimento da organização da produção (tomada como finalidade última). Desenvolver significa modernizar tanto as relações de produção quanto as formas sociais de convivência, envolvendo nesse percurso produção e técnica, arte, cultura e educação, organização e participação política, reestruturação do mundo rural e preeminência dos aparatos urbanos, remodelação da função do Estado, novo enfoque sobre os mecanismos de acumulação e distribuição do capital, etc. Há a visão geral de uma sociedade migrando de um passado problemático (herança colonial) em direção à modernização. O signo da análise furtadiana, que leva a pensar numa abordagem aparentemente economicista, está na definição dos problemas institucionais como resultados da estrutura de produção, mas, se Furtado **olha** a economia como dado inicial é na sociedade modificada, no entanto, que quer chegar como destino de seu esforço.

O planejamento foi para mim uma *técnica social* de importância muito maior, a qual permitiria elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a idéia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história. [...] Assim como os estudos de organização me levaram ao planejamento, este me abriu a porta para a Economia. [...] Dessa forma cheguei ao estudo da Economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão globalizante, macro-econômica. (FURTADO, 1983, p. 35-36, grifo do autor).

A interpretação do Brasil, formulada por Celso Furtado, conecta economia e sociedade de uma maneira inédita no pensamento social brasileiro. Possui uma originalidade e uma força teórica que advém da interseção proposta entre desajustes econômicos e desajustes sociais, entre atraso e modernidade, itens que predominavam na agenda do debate teórico nacional desde o início do século XX, porém tratados isoladamente.

A concepção do subdesenvolvimento dava nova resposta à sensação de sermos “[...] desterrados em nossa própria terra.” (HOLANDA, 1993, p. 3), realizando uma inversão explicativa – não éramos diferentes, insuficientes ou atrasados por conta de uma falha em nosso caráter nacional. Ao contrário, éramos parte de um desenho histórico estruturado e sistêmico – o quadro das formações tardias, que Furtado denomina também de capitalismo bastardo, e que de alguma forma previa e exigia que algumas nações do concerto mundial permanecessem nesse estágio. Nossos problemas eram nacionais, porém nem tanto. O subdesenvolvimento “[...] não é uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 1971, p. 181).

Há aqui duas novidades na interpretação que Furtado elabora sobre o Brasil. A primeira refere-se a uma nova forma de compreender os problemas da sociedade, entendidos como um **processo**, como uma cadeia de eventos com dinâmica e sentido próprios, que de alguma forma permite iluminar os fatos isolados, fornecendo-lhes uma explicação plausível e um grau de previsibilidade (acentuado e legitimado pelo aspecto científico de sua formulação). Esta é uma perspectiva de análise que só poderia surgir quando se observa comparativamente a evolução da sociedade brasileira em relação às demais nações – caso que só pode ocorrer quando reconhecemos algum tipo de similitude estrutural entre elas. Os pensadores que se restringiram ao estudo da particularidade histórica, se por um lado valorizavam as nossas idiosincrasias (abandonando o amor aos paradigmas importados do estrangeiro), por outro lado empurravam as conclusões para uma armadilha por não conseguirem encontrar explicações que não fossem parciais e *ad hoc*. A amarração a uma perspectiva fragmentária tornava excessivamente relevante o “otimismo da vontade”, quer enquanto obstáculo quer enquanto meio de superação – situação que permite também um esvaziamento do conhecimento técnico em prol de uma valorização das ações subjetivas, que levaram em grande parte às soluções autocráticas e autoritárias. Uma segunda armadilha nesta introspecção analítica residia na desconfiança sobre o papel das elites (políticas, econômicas e culturais) que caracterizava o pensamento brasileiro na primeira metade do século XX. De que forma seria possível conduzir a sociedade brasileira ao salto da modernidade se o eixo da mudança estava condicionado a figuras humanas, largamente acusadas dos vícios do patrimonialismo e do personalismo?

A reflexão furtadiana utiliza outro caminho, desfazendo esse imbróglio. A exemplo dos estudos de Caio Prado Júnior e Simonsen, a história nacional é tomada como **parte** da história mundial, uma vez que se adota um

critério em que a evolução civilizatória é definida como a transição para a sociedade industrial. Este processo, embora ocorra de maneira distinta e desigual em cada país, é único e geral. Concorre para esta universalidade a aceitação da idéia da evolução econômica como sendo o motor do progresso e da riqueza social (como na tese smithiana da **riqueza das nações**). Furtado define desenvolvimento como:

[...] um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas. (FURTADO, 1964, p. 29).

Esta definição é fundamental e, em síntese, é a mesma que percorre todas as etapas da produção intelectual do autor. A forma como Furtado a utiliza é que varia de contexto. Quando teoriza sobre a dinâmica do desenvolvimento, foca a argumentação na questão do padrão de desenvolvimento tecnológico (que deve ser entendido de modo amplo, incorporando todo tipo de inovação – científica, gerencial, de recursos, insumos, produtos, mercados e agentes, como na perspectiva schumpeteriana), destrinchando a estrutura de produção e reprodução das relações econômicas. Formula assim um modelo de funcionamento do sistema capitalista, detectando sua lógica essencial. Quando procura entender os percalços do desenvolvimento em economias tardias, a questão do nível de satisfação das necessidades humanas e da capacidade que uma economia tem de produzi-las (limites impostos à inovação e a força de transformação do sistema) e de **distribuí-las** torna-se o centro da reflexão.

A primeira perspectiva aproxima-se do conceito marxista de modo de produção em que é no nível tecnológico e no grau de desenvolvimento das forças produtivas que será encontrada a chave para explicar as diversas formas históricas de organização das sociedades. A influência do conceito marxista é reconhecida, neste ponto de elaboração conceitual, pelo próprio Furtado (1983, 1985) e pode ser encontrada na parte inicial do aporte teórico de obras como *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (primeira edição de 1961), *Dialética do desenvolvimento* (1964), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (primeira edição de 1967).

Se o conhecimento que gera a inovação técnica é o ponto focal para entender o ponto original da dinâmica social, o passo seguinte é observar as maneiras de utilização do excedente produtivo em cada período da história – se é acumulado em pequena escala na forma de entesouramento (tipo clássico das economias agrícolas ou comerciais da antiguidade), ou

se, como no caso das modernas economias de mercado, retornam ao ciclo da produção. As bases materiais de produção, a circulação, o consumo e a forma de acumulação (estes dois últimos responsáveis pela determinação da taxa de repartição da riqueza social) definem a arquitetura da sociedade. É basicamente do mundo da produção que emergem os diferentes grupos sociais, definindo em suas disputas o perfil do conflito social.

No caso da economia moderna, que diferentemente das anteriores tornou-se praticamente mundial, cada comunidade ou país possui formas particulares de organização econômica e social que brotam da sua situação na divisão do trabalho internacional. No entanto, a lógica funcional é a mesma e deve servir como modelo para que cada uma dessas comunidades entenda sua situação atual. Não é apenas nela que se estrutura sua identidade e suas características. Como já ressaltado, por essa abordagem deixamos de ser o diferente – **o outro** –, e ganhamos um lugar na lógica mundial tornando-nos, porém **o sub** – o não desenvolvido.

As características até o momento ressaltadas procuram determinar a singularidade da interpretação furtadiana sobre a formação da sociedade brasileira, acentuando a habilidade em diluir a contradição entre uma explicação excessivamente endógena dos problemas nacionais e o deslocamento do transplante acrítico das interpretações gestadas no estrangeiro para realidades diferentes da nossa. A Teoria do Subdesenvolvimento resulta numa explicação profundamente madura e eficaz já que articula as tendências gerais do capitalismo com as que refletem as particularidades nacionais, vinculando os problemas econômicos à leitura da estrutura social e política. Não é à toa que a obra furtadiana tenha conseguido se impor à grande parte dos intelectuais do período: seu vigor nasce da conjunção entre uma visão geral em consonância com as mudanças mundiais do pós-guerra e a incorporação das correntes de explicação nacional, que vinham numa contínua evolução desde o final do século XIX. Da mesma forma, unindo o geral ao particular numa cadeia concatenada de eventos, o problema do subdesenvolvimento é conseqüência da herança colonial e, como esta é explicada em primeiro lugar como o resultado da oposição entre **interno versus externo**, a questão, também antiga e mal resolvida da identidade nacional em oposição ao interesse estrangeiro, acha aí espaço para se fortalecer. O recurso à análise econômica fazia eco aos “ares do mundo” que se respirava no plano intelectual mundial desde o final da Primeira Guerra Mundial (especialmente diante do planejamento e da regulação que emergiam como ferramentas de controle dos desajustes provocados pelas crises cíclicas, padrão que o imenso salto de produtividade conseguido pelo esforço planificador da guerra havia tornado mais visível e aceitável) e

que no Brasil surgia com força nas formulações ligadas aos setores que defendiam a industrialização como instrumento de modernização (incluindo tanto os intelectuais ligados ao aparelho de Estado, quanto os intelectuais ligados ao empresariado). Esta adequação, acompanhada da leitura do passado colonial como fardo, facilitou a aceitação do paradigma explicativo furtadiano e de sua interpretação sobre a formação brasileira.

Há ainda na teoria de Furtado um eco nacionalista que é caro ao pensamento brasileiro em proporção quase tão grande quanto o “amor ao Estado”. No entanto, a visão de Nação e os limites e a função do Estado em Furtado são bem diferentes dos usualmente encontrados na discussão precedente.

O paradigma do subdesenvolvimento – uma interpretação singular do Brasil

As tarefas do **intérprete** da história nacional, citadas anteriormente, pediam uma explicação que articulasse passado e futuro, ou diagnóstico e prognóstico. Estes aspectos aparecem na produção furtadiana no conceito de subdesenvolvimento (como diagnóstico) e nas estratégias do desenvolvimentismo (prognóstico). As duas idéias estão relacionadas, mas são diferentes: uma espelha um fato e a outra uma técnica – embora o desenvolvimentismo tenha se convertido no centro de toda uma fase histórica (tornando-se por sua vez um fato que marcaria a sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960). Quando Furtado interpreta o Brasil, a chave de sua leitura é o complexo teórico do subdesenvolvimento, entendido como uma resultante das características do modelo da colonização brasileira, que, por sua vez, espelha a dinâmica mundial da expansão mercantilista e posteriormente das energias da Primeira Revolução Industrial inglesa. Irradiado do núcleo da economia européia a ação desse poderoso dinamismo em expansão passou a exercer-se em três direções distintas:

A primeira marca a linha de desenvolvimento dentro da própria Europa Ocidental, no quadro das divisões políticas que se haviam cristalizado na época mercantilista [...]. A segunda linha de desenvolvimento da economia industrial européia consistiu numa deslocação de mão-de-obra, capital e técnica, para além de suas fronteiras, onde quer que houvesse ainda terras desocupadas e de características similares às da própria Europa. (FURTADO, 1971, p. 179).

A **primeira** linha se desenvolve a partir da desarticulação do sistema artesanal em dois momentos – o primeiro deles com a absorção de mão-de-obra oriunda desse setor pré-capitalista que existia em proporção maior à necessidade vigente no complexo industrial. Com a incorporação dessa mão-de-obra no processo industrial, aumentava o ritmo de expansão do sistema porque era incorporada num nível de produtividade mais alta que a da tradicional produção artesanal. No entanto haveria um momento no capitalismo industrial europeu em que a oferta de mão-de-obra se tornaria escassa. Como o trabalho assalariado obedece à regra da mercadoria, sua escassez implicaria numa elevação de seu preço aumentando os níveis salariais. A conseqüência é a introdução da técnica de forma contínua, sendo condicionada pela crescente escassez do fator trabalho. Com a adoção de novas técnicas produtivas o desenvolvimento seria acelerado mais ainda para corresponder ao rápido aumento da atividade industrial.

Esta primeira linha de expansão do capitalismo industrial estende-se para fora de Europa ocidental atingindo a Austrália, Canadá e Estados Unidos. Neste caso estas economias eram transplantadas, gerando um **segundo** modelo que funcionava como prolongamento da economia industrial européia (transplantando técnica e relações de produção similares às inglesas). A semelhança de estruturas climáticas era a contribuição natural que permitia mais facilmente a fixação do europeu, possibilitando-lhe a reprodução das mesmas técnicas de produção e a manutenção de hábitos de consumo. Como o Novo Mundo possuía recursos naturais em abundância e/ou inexplorados, o nível de crescimento dessas novas economias foi rápido e intenso.

Bem diversa é a **terceira** linha de expansão da economia européia em direção a outros continentes, alguns já densamente povoados e com sistemas sociais seculares, mas de natureza pré-capitalista:

O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões dotadas de velhas estruturas sociais não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos o interesse limitou-se a abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais [...] O resultado foi quase sempre a criação de estruturas dualistas. (FURTADO, 1971, p. 180).

O que se percebe é que esta terceira forma de expansão do capitalismo europeu não incorporou essas regiões à totalidade das formas de produção capitalista. Parte dela era organizada segundo as regras do lucro e da racionalidade empresarial (monocultura de exportação) mantendo a outra

excluída das relações mais modernas de produção (economia pré-capitalista, agricultura de subsistência). A parte capitalista tinha como característica fundamental a capacidade de produzir acima do nível de subsistência, produzindo em larga escala, com excedentes que se realizavam nas relações de trocas internacionais. No entanto essa atividade “de ponta” estava ilhada do restante das formas de economia tradicional. Funcionavam como “fronteiras avançadas” dos mercados europeus e, posteriormente, da economia americana. Eram prolongamentos da atividade econômica desenvolvida no centro, mas não trocavam nada com a estrutura das sociedades nativas. A implantação do núcleo produtor era obra e graça do capital estrangeiro, a escolha e a produção das mercadorias obedeciam ao ritmo do consumo do mercado internacional e a propriedade produtiva ficava quase toda na mão de proprietários de fora do país. Analisando o processo de colonização brasileira, Celso Furtado exemplificaria essa idéia de “posto avançado” na formação econômica nacional:

Nessa parte mais oriental das Américas, a expansão comercial européia assume a forma de implantação do homem alienígena como produtor de riquezas utilizando os recursos renováveis, à diferença do que ocorria alhures. Um povo de comerciantes criava a primeira organização agrícola do hemisfério ocidental vinculada ao mercado europeu [...]. Estava lançada uma operação transcontinental de grande envergadura, com o objetivo de criar um fluxo de exportação para um mercado situado a milhares de quilômetros. Dessa forma, os critérios econômicos se sobrepõem a tudo. Poucas vezes na história humana uma formação social terá sido condicionada em sua gênese de forma tal cabal por fatores econômicos. (FURTADO, 1989, p. 15).

Por último, o lucro era normalmente remetido para fora, pois a massa de lucros gerada não pertencia à economia local. Nenhuma dessas características ocorreu durante o desenvolvimento do capitalismo europeu, havendo uma drástica diferença entre a fase pré-capitalista vivida por esses países no processo de dissolução do feudalismo, na constituição da fase mercantilista e no surgimento do núcleo industrial e o atraso dos países subdesenvolvidos. A diversidade é explicada porque o capitalismo que ocorre nos países periféricos não é uma fase semelhante ao passado histórico dos países hoje industrializados:

O subdesenvolvimento é *um processo histórico autônomo*, uma outra forma de capitalismo produzido dentro das regras de expansão do próprio sistema, onde as diferenças estruturais são naturais ao papel que se delegou para cada ponta – centro e periferia. O subdesenvolvimento é

coetâneo ao desenvolvimento industrial, constituindo realidades paralelas, embora um seja o filho dileto enquanto o outro é o ‘bastardo’. (CÊPEDA, 1998, p. 163, grifo do autor).

A análise do perfil das economias subdesenvolvidas permite relacionar os principais elementos que obstam a passagem para um patamar superior:

- a) a Teoria do Crescimento Desigual entre o centro e a periferia, com retenção pelos primeiros dos frutos do progresso técnico. Este mecanismo é explicado pela diminuição da oferta de mão-de-obra que ocorre nas economias centrais, elevando o valor da remuneração salarial. Em resposta os capitalistas tenderiam a adotar inovações tecnológicas, poupadoras de mão-de-obra e capazes de manter a taxa de lucro pela obtenção de **mais-valia relativa**. Os países periféricos em que há grande oferta de mão-de-obra não percorrem o mesmo ciclo e, por não possuírem articulação na pressão salarial, acabam por reproduzir a produção sem renovação tecnológica e com ênfase na extração de **mais-valia absoluta** (reduzora de salários);
- b) a Teoria da Deterioração dos Termos de Troca que romperia e colocaria por terra o paradigma das vantagens comparativas. Por este princípio o desequilíbrio na balança comercial não é um acidente, mas corresponde ao fato de que na troca entre produtos primários e manufaturados haverá uma tendência na queda do preço dos primeiros, estimulada pelo caráter inelástico do consumo desses bens e pelo processo naturalmente adotado pelas economias produtoras de aumentarem a oferta desses produtos, tentando compensar pela quantidade das trocas a queda qualitativa dos valores negociados;
- c) desemprego estrutural – caracterizado pela sub-utilização dos recursos de produção disponíveis. Neste ponto é afirmado que a atividade mercantil-exportadora explora apenas uma parte do potencial do sistema econômico e mesmo assim de forma superficial, já que as técnicas adotadas são de capital extensivo;
- d) atraso tecnológico – pela entrada tardia na corrida industrial, mas principalmente pelo fato de que ao se acelerar o processo industrial haverá importação de tecnologia, com incorporação de padrões tecnológicos poupadores de mão-de-obra, apropriados ao ritmo de expansão das economias já industrializadas;
- e) insuficiência de mercado consumidor interno e de capitais necessários à expansão do crescimento econômico.

Conjugadas, estas características impediriam a saída da condição de atraso, e, ao contrário, aumentariam cada vez mais a distância entre

os países desenvolvidos e os atrasados. Este diagnóstico, herança do modelo mercantil-exportador, não é, na avaliação de Furtado, um destino inexorável. O diagnóstico permite descobrir as leis que regem o subdesenvolvimento e, a partir desse conhecimento, torna-se possível a criação de estratégias para superá-lo com uma margem provável de êxito.

Entra-se agora no campo do prognóstico, no projeto desenvolvimentista alicerçado em duas linhas de ação, uma no plano teórico e outra na atividade prática. É necessário romper com uma primeira amarra, de natureza conceitual: o discurso ideológico que legitima a dinâmica desigual de crescimento como efeito natural da “providencial ordem econômica” – a teoria liberal clássica – adotando em seu lugar a técnica do planejamento econômico como aquela *plus* de racionalidade e organização da sociedade. Em segundo lugar, romper as amarras internas e externas que impelem a economia de transformar-se de forma plena – passo que exigiria uma modificação e orquestração da estrutura produtiva, com o abandono da anterior posição ocupada no mercado mundial (herança colonial – agrário-exportadora), e adotar o desenvolvimento intencional e planejado de formas econômicas mais sofisticadas como a industrialização. O tônico que alimentava as teses desenvolvimentistas vinha da idéia de **ponto morto**, ou seja, da incapacidade de superação do subdesenvolvimento pelos mesmos processos que haviam originado o desenvolvimento dos países capitalistas avançados. Nas economias atrasadas o impulso original – o *primo móbile* de Hirschman (1960) – precisava vir do planejamento e das decisões da esfera pública. Tal proposição que teria sido considerada herética algum tempo antes havia se tornado “aceitável” em função das experiências bem sucedidas das políticas de regulação keynesiana na Europa (e também da emergência do *Welfare State* nesse continente) e do compromisso fordista, motor da fase de maior desenvolvimento da economia norte-americana.

A rápida propagação da Teoria do Subdesenvolvimento se dava pelas perspectivas surgidas durante as crises de articulação do capitalismo mundial, como vimos anteriormente. A possibilidade da industrialização estava dada pelo quadro aberto durante os conflitos das duas guerras mundiais quando houve um surto de crescimento na produção industrial nos países periféricos. Caberia aos países subdesenvolvidos enfrentarem esse desafio que unia modernização econômica com independência política. A junção desses dois aspectos iria reforçar tanto o projeto desenvolvimentista como as ideologias nacionalistas.

Uma defesa inédita do conflito como força modernizadora

O prognóstico apresentado por Furtado, em função dos recursos entendidos como necessários à tarefa de promoção do desenvolvimento, **poderia** aproximá-lo do viés autoritário, da mesma forma como ocorrera a legitimação da alternativa da centralização do poder no período pós-1930 na estrutura do Estado varguista. Afinal, mantidas as diferenças temáticas, o reconhecimento da insuficiência das forças do mercado para a superação do desenvolvimento e a transformação da questão industrial na argamassa que cimentaria a nação brasileira jogariam lenha na fogueira da ação do Estado enquanto condutor da sociedade (este é o mote do **amor ao Estado**, recidiva constante no pensamento social brasileiro do século XX). Da mesma maneira, a idéia de planejamento **poderia** funcionar como uma transferência do papel ativo da sociedade em prol da autonomia tecnocrática e científica, reforçando uma tendência de recusar o conflito e a disputa entre os grupos sociais como uma perversão facciosa à qual se prefere uma atenuação cordial, efetuada de cima para baixo se for necessário.

No entanto, não é essa a posição defendida por Furtado. Muito ao contrário, este é um dos raros autores para quem a questão democrática e o controle social serão balizas fundamentais, residindo aí parte significativa do caráter progressista de sua obra. Furtado não apenas valoriza e deseja um projeto de sociedade mais igualitária e democrática (construído pelo planejamento em resposta aos obstáculos do subdesenvolvimento), mas entende estes pontos como necessários e inelutáveis para a marcha do desenvolvimento. Não poderiam, portanto, ser reduzidos à condição de acessórios ou elementos secundários, obtidos *ex post* ao desenvolvimento econômico, traço comum à maioria das formulações do período – isto quando a questão democrática aparecia de maneira relevante no processo de construção da nação (grupo reduzido, já que no binômio desenvolvimento-democracia, o primeiro pólo ofuscava largamente o segundo).

Este é um dos aspectos mais importantes da contribuição de Furtado ao rol das interpretações do Brasil e, no entanto, um dos menos ressaltados. A argumentação de Furtado, presente especialmente em *A pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento*, possui uma clareza e uma força persuasiva muito grande. O raciocínio é apresentado por Furtado (1962) como uma forma dialética: a estrutura de uma dada sociedade é, como já foi discutido anteriormente, determinada pelas características da estrutura de produção, particularmente pelo grau de desenvolvimento tecnológico. Este é o ponto focal, pois no processo de evolução histórica mundial, a

expansão do nível tecnológico provocava uma reação de alteração nas demais esferas sociais (esta parte da argumentação, sobre os variados modos de produção na história e no papel da inovação tecnológica como impulso transformador, é apresentada também em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e, de maneira recortada, em *Teoria e política do desenvolvimento econômico*). E esta re-acomodação do sistema não se efetiva sem uma boa dose de conflito, com o movimento de resistência conservadora de um lado e a pressão pela mudança de outro. Sem adentrarmos ao mérito da questão, o enfoque dialético é utilizado por Furtado como expressão de um movimento que brota de uma situação histórica para superá-la, ocorrendo em meio a uma síntese destruidora. Mas é somente mediante a eliminação das forças anacrônicas que a nova etapa histórica pode se instalar, apresentando uma tal ordem inédita de coisas que todas as relações anteriores se desvanecem e uma nova estrutura de relações sociais emerge. Nesta tese talvez esteja a pista para entendermos o papel transformador do desenvolvimento econômico na mudança geral da sociedade, exatamente porque muda a forma como os grupos se relacionam com a produção e a reprodução material. A elevação **geral** da capacidade produtiva introduz novas perspectivas para o conflito e a disputa social. A idéia de conflito, que Furtado vê originariamente na tragédia da **necessidade** (originada no meio natural – escasso –, ou na disputa pelo excedente), mudaria de conotação podendo ser sanada pela transformação econômica.

Parte desse conflito, herança das velhas formas de dominação senhorial, tenderia a se estiolar em contato com a modernização produzida pelo desenvolvimento. No caso da superação do subdesenvolvimento as forças anacrônicas estão associadas a dois espectros: a) ao modelo mercantil-exportador, ao regionalismo econômico e político; e b) à atuação irracional do capital na estrutura produtiva nacional. O primeiro ponto condensa toda sorte de horrores do atraso – presença do latifúndio senhorial, baixa produtividade e diversificação da produção agrícola (responsável pela escassez de alimentos e pelo alto custo dos produtos que compõem a cesta básica do trabalhador), dependência dos centros externos de decisão econômica, deterioração dos termos de troca, diminuto tamanho do mercado consumidor interno, hegemonia e controle sobre o aparato estatal e controle da opinião pública (onde não há, simplesmente, currais eleitorais). A capacidade de resistência desses setores é grande, principalmente pela situação de dualismo estrutural de nossa economia – de alguma forma este segmento está inserido já na dinâmica da economia moderna, porém, em situação de atraso e inferioridade. É, portanto, capaz de produzir riqueza reduzida e concentrada, mas é incapaz de originar

uma dinâmica real que transforme o **conjunto** da economia e que responda à pressão pela mudança.

A força para eliminá-lo vem da participação ativa da sociedade, no marco democrático. A situação da sociedade brasileira fora qualificada por Furtado como **dual**, em virtude da herança do modelo econômico colonial, com a existência do pólo desenvolvido (exportador) e do pólo atrasado (restante da economia pré-capitalista). Com o surto de industrialização, que surge no país por brechas abertas pelo interregno das duas guerras mundiais e pela crise de 1929, a situação além de dual tornou-se também híbrida. Há agora duas forças em confronto: uma ligada ao universo da produção agrícola e outra ao universo da produção industrial, uma rural e outra urbana. Com a redemocratização pós-1945 a força das cidades e dos trabalhadores urbanos se expressava nas urnas contrabalançando a hegemonia das oligarquias regionais ligadas ao modelo exportador. Também no plano ideológico, a industrialização tornava-se dia-a-dia mais reconhecida como passaporte para solucionar os graves problemas sociais em ascensão desde a década de 1920. A pressão dos setores urbanos por mudanças e a existência do canal democrático permitiriam a diminuição do peso político do setor agrário-exportador, facilitando o processo de modernização.

O específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer e conservar o seu poder. Sua característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas. (FURTADO, 1964, p. 45).

No segundo ponto mencionado, a organização da sociedade funcionaria como corretivo para os vícios da reprodução do capital localmente. Tanto a existência de um segmento industrial nacional, originado na etapa de substituição de importações, quanto a atração do capital externo, exercida pelo aumento das necessidades de consumo interno (proporcionado pela expansão das atividades industriais e comerciais locais), provocavam uma disfunção grave no ritmo e no rumo do desenvolvimento da cadeia industrial. No afã de realizar lucro no menor prazo e custo possíveis, a indústria nacional e a estrangeira selecionavam entre as alternativas de alocação de seus recursos aquelas atividades que apresentassem a maior e mais imediata taxa de retorno. Os desvios aqui originados eram inúmeros. A opção acabava por inflacionar alguns setores e esvaziar outros, criando uma instabilidade constante na estrutura econômica. O aumento da atividade industrial, em qualquer ramo, fazia pressão sobre o setor de bens de produção, área que não sendo atendida

internamente aumentava a demanda por importações (as importações gravosas), descontrolando a balança comercial e remetendo para o exterior parte considerável do capital aqui produzido. A alternativa de produzir nacionalmente esses bens não se realizava em função da envergadura e do longo prazo de retorno dos investimentos necessários, o que minava o interesse do capital privado. Como decorrência dessas duas conjunções o leque de alternativas que se mostravam atrativas era reduzido e acentuava a concorrência nos setores que capitalizavam a maioria dos investimentos. Ora, como a lei fundamental que rege a economia de mercado é o preço, o aumento da concorrência tende a diminuir o preço dos produtos no mercado final, reduzindo a margem de lucro. Para manterem constante sua taxa de retorno, os empresários repassam a redução para o preço dos salários, diminuindo o ganho dos trabalhadores, que, na última volta do círculo, perdem poder de compra impactando a demanda geral do sistema – encolhendo o tamanho do mercado e iniciando uma espiral recessiva ou de estagnação econômica.

Esta percepção, de nítida filiação keynesiana, levaria Furtado (1962, 1964) a defender a organização dos trabalhadores como elemento fundamental para dinamizar (retroalimentar) a economia nacional – tanto pela capacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, quanto pelo “empurrão” à incorporação de inovações tecnológicas (em substituição à tática de redução dos salários). Desta maneira, a lógica virtuosa que deflagrara a ascensão econômica crescente nas economias avançadas poderia ser aqui implementada.

Estes dois aspectos são os que mais distinguem a contribuição de Furtado das outras correntes que defendem a industrialização brasileira como plataforma para o progresso. Para Furtado a participação dos trabalhadores **forçaria** o capital a se renovar constantemente, ao mesmo tempo em que a elevação dos salários (aumento do consumo) seria o motor das atividades industriais – a pressão e o conflito operário seriam, portanto, benéficos. Para Simonsen, ao contrário, embora os salários tivessem importância, determinando o tamanho do mercado e a demanda por bens industriais, a origem do ciclo virtuoso estava na implementação da produção (“crescer primeiro, distribuir depois”); além da visão catastrófica de Simonsen sobre o papel destrutivo do antagonismo entre as classes – *leitmotiv* de sua análise sobre a necessidade de distribuição dos frutos do progresso entre todos os agentes da produção (CÊPEDA, 2004).

Resumidamente, a questão do conflito é valorizada por Furtado em três direções: é o pilar da mudança social (o princípio **dialético**); é a ferramenta que mina o poder dos setores atrasados que emperram o processo de modernização; e, por último, é parte essencial na produção da

lógica de inovação tecnológica que alimenta o ciclo da prosperidade e do desenvolvimento econômico. É uma característica singular da teoria furtadiana, um corolário à interpretação que faz do passado histórico do país, dirigido para um projeto em que valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes da maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, **de fato**, a modernização econômica com a modernização social.

CÊPEDA, V. A. Celso Furtado and the interpretation of the underdevelopment. *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, p. 57-77, jul./dez. 2005.

■ **ABSTRACT:** *This article tries to analyze the relevance of Celso Furtado theoretical production in the effort of interpretations Brazilian society's formation. Although Furtado is considered one of the most important authors of the period of the 'desenvolvimentismo' – phase of the most accelerated transition for the industrial urban model in the country –, a lot of his argumentation was extinguished by time, especially the impact of his formulation in the field of the social change theory and in the elaboration of a democratic and national capitalism project. Thus, from the complex amount of Furtado's intellectual production, this article tries to rescue these two theories, relating them with an interpretation sui generis of the Brazilian history.*

■ **KEYWORDS:** *Brazilian social thought. Theory of the development. Underdevelopment. Social change. Democracy. Economical thought.*

Referências

CÊPEDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil: limites e impasses*. 2004. 346 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FONTANA, J. *História: análise e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- _____. Auto-retrato intelectual. In: OLIVEIRA, F. (Org.). *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983. p. 30-41.
- _____. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1995.
- HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- MYRDAL, G. *O Estado do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- NURKSE, R. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- OLIVEIRA, F. de. (Org.). *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais).
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SIMONSEN, R. C. *As crises no Brasil*. São Paulo: São Paulo Ed., 1930.
- _____. *As finanças e a indústria*. São Paulo: São Paulo Ed., 1931.
- _____. *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*. São Paulo: São Paulo Ed., 1934.
- _____. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.
- _____. *Planificação da economia brasileira: parecer apresentado ao CNPIC*. São Paulo: FIESP, 1944.
- _____. *O plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947.
- _____. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.